

O então irrelevante deputado federal Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018, com uma plataforma política que combinava beligerância e autoritarismo político, desvalorização de pautas identitárias e de movimentos sociais – de movimentos ecológicos, de luta pela terra e pela moradia, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, de mulheres, negros etc. –, associação mesquinha entre religião cristã e gestão política e pressupostos de um neoliberalismo maleável, cujo intento maior se revelou no rapto e destruição das estruturas organizacionais do Estado, com salvaguarda apenas de investimentos nas Forças Armadas. Neste sentido, a participação ativa das Forças Armadas na administração do Estado brasileiro representou não somente o aumento expressivo do número de militares em postos civis – agregando ganhos significativos aos soldados já majorados pelos aumentos concedidos no período –, mas também a ingerência direta em assuntos diversos, como as políticas ambientais, a proteção florestal e a gestão de áreas de preservação. Durante os quatro anos do Governo Bolsonaro, houve a defesa de um modelo de desenvolvimento ilimitado avassalador, com importantes lideranças políticas promovendo a ideia da natureza como obstáculo ao progresso e saudando a poluição atmosférica, a construção de rodovias em áreas verdes, os agrotóxicos em geral e a dissolução das reservas indígenas. A vinculação do Serviço Florestal Brasileiro e da Agência Nacional de Águas ao Ministério da Agricultura, a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas, a interrupção no reconhecimento de novas terras indígenas e de terras quilombolas e o congelamento da criação de novas unidades de conservação, com o constante enfraquecimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) revelam, entre muitos outros exemplos, o vilipêndio da natureza, o avanço das fronteiras da acumulação capitalista sobre a floresta e a opção pela extração violenta em lugar da preservação. Porém, com o fim da sua gestão, onde nem sequer teve a dignidade de seguir os ritos democráticos de passagem da Presidência da República para o candidato eleito, Luís Inácio Lula da Silva, emergem novas esperanças. A indicação, por parte do Presidente Lula da Silva, da prestigiada ambientalista Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente e das lideranças indígenas Sonia Guajajara para o Ministério dos Povos Indígenas e Joênia Wapichana para a presidência da FUNAI são sinais que nos permitem acreditar no fim do projeto antiecológico e de morte, da natureza e dos opositores do regime, e a retomada de uma política que ofereça possibilidades de sustentabilidade ecológica, justiça ambiental e proteção dos povos originários.

Palavras-chave: Política Ambiental, Bolsonaro, discurso antiecológico, Brasil.

Sustentabilidade Ambiental no Douro Superior, Território Fronteiriço da União Europeia

Otília LAGE

CITCEM, Portugal

Carla SEQUEIRA

CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Esta proposta de comunicação suporta-se em anteriores trabalhos nossos sobre o Douro Superior, uma das sub-regiões durienses a exigir mais investigação, sobre o processo de transformações do espaço regional duriense (PEREIRA, 1996: 155-165), expansão do vinhedo com diferenças intrarregionais e alterações institucionais, em inter-relação com problemáticas atuais de sustentabilidade ambiental, designadamente no espaço da União Europeia que integra a sub-região fronteiriça do Douro Superior.

Nesse âmbito lato, são nossos objetivos principais: a) fazer uma análise diacrónica breve da expansão, afirmação e sustentabilidade da vinha e do vinho no território do Douro Superior, hoje produtora de vinho do Porto e vinhos DOC de elevada qualidade; b) observar sumariamente as três fases da evolução vinhateira: uma primeira, embrionária e de reduzida expressão comercial, anterior ao surto da filoxera; a segunda, de lenta mas progressiva afirmação no período subsequente até às demarcações de João Franco e Ferreira do Amaral (1907-1908), com o reconhecimento institucional do alargamento da Região Demarcada do Douro até à fronteira com Espanha; a terceira, ocorrida no decurso do século XX, relativa à consolidação vitivinícola desta sub-região; c) compaginar essa ancoragem histórica com a gestão dos bens e recursos ecológicos deste espaço vitivinícola na dimensão da sustentabilidade ambiental. No que se refere à metodologia a usar, além da investigação documental de fontes, documentos e trabalhos científicos da especialidade, consideramos ainda métodos e metodologias da História Ambiental.

Quanto aos resultados previstos, salientamos os seguintes tópicos de debate: i) o problema da falta de água e a necessidade de rentabilizar/racionalizar os recursos, com vista a promover o equilíbrio entre a sustentabilidade do Ambiente e a produção de vinhos de alta qualidade; ii) o incremento de novos estudos que incorporem a vertente ambiental, cujas potencialidades permitem ampliar o conhecimento do equilíbrio ecológico e a caracterização biofísica e ensaiar outras abordagens sobre temas atuais do desenvolvimento sustentável das regiões interiores de grande importância na vida das pessoas e nos ambientes de trabalho, como preconiza por exemplo o objetivo “12 - Produção e Consumo Sustentáveis da Agenda 2030” da ONU.

Palavras-Chave: Sub-região Douro Superior; União Europeia; Ambiente sustentável; Agenda 2030-ONU

Referências bibliográficas:

PEREIRA, Gaspar Martins (1996). A região do vinho do Porto: origem e evolução de uma demarcação pioneira. «Douro – Estudos & Documentos». 1: 1, 177-194.

SESSÃO 12: VULNERABILIDADE, RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO 1

A Recetividade dos Técnicos da Administração Local ao Programa Condomínio de Aldeia

Diogo Miguel PINTO

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

João Pedro BARREIROS

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

André SAMORA-ARVELA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Helena PINA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Após os incêndios de 2017, diversos programas governamentais foram implementados. Estas iniciativas são de grande relevância, uma vez que o problema dos incêndios rurais é recorrente em Portugal. No ano de 2022 voltamos a presenciar incêndios com elevadas intensidades na frente de fogo, registaram-se 110 007 hectares de área ardida, com 17 incêndios a superar os 1000 hectares e 101 incêndios enquadrados na categoria de grandes incêndios, segundo o ICNF, mas não se verificou a perda de vidas civis diretas.

De forma a mitigar os efeitos nefastos desta problemática surge, no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), a medida “Condomínio de Aldeia - Programa Integrado de Apoio às Aldeias localizadas em territórios de floresta”, tendo como objetivo primordial aumentar a resiliência das aldeias localizadas nestes territórios vulneráveis, apoiando a implementação de ações de gestão de combustível e de alteração do uso e ocupação do solo num espaço de, no mínimo, 100 m à volta do aglomerado populacional. O Condomínio de Aldeia visa libertar os titulares dos prédios rústicos do ónus periódico e permanente da gestão de combustível, contribuindo para o fomento da economia local, da biodiversidade e da proteção das áreas edificadas em interface urbano-florestal. Este programa vai de encontro à estratégia definida no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e denominada “territórios de floresta a valorizar” e é complementar ao Programa Aldeia Segura.

Neste trabalho pretendemos avaliar a recetividade dos técnicos da administração local ao programa “Condomínio de Aldeia”, tendo por base vários casos de estudo na NUT III do Alto Tâmega e Barroso (freguesias, municípios, comunidades intermunicipais, associações de desenvolvimento local) com a realização de questionários, entrevistas e visitas às aldeias envolvidas no programa. Depois da realização do diagnóstico, pretende-se contribuir com algumas sugestões que permitam melhorar de forma significativa a implementação do referido programa.

Dos resultados preliminares verifica-se alguma dificuldade dos técnicos em compreender o aviso de candidatura e até mesmo em conseguir cumprir alguns parâmetros. O valor a financiar por cada condomínio é consideravelmente reduzido e desajustado ao contexto atual. As populações nem sempre são envolvidas no processo de forma adequada. Em síntese, pode dizer-se que há uma necessidade imperativa da simplificação do processo de candidatura, assim como da necessidade do aumento do financiamento por condomínio e criar dinâmicas inovadoras de envolvimento dos proprietários na implementação desta medida, de forma a torná-la mais eficaz.

Palavras-chave: Incêndios; Condomínios de aldeia; Uso do Solo; Ordenamento do território; Alto Tâmega e Barroso

Os Programas “Aldeia Segura”, “Pessoas Seguras” Numa Ótica Local: O Exemplo Da Aldeia De Vale Florido

Ana ROCHA